

## SHORT PAPER

# Estratégia de Salvaguarda do Património Arquivístico (2019-2022): resultados

Jorge Janeiro, Paula Gonçalves, Sílvia Arvana

*Arquivo Distrital de Évora, Portugal, jorge.janeiro@adevr.dglab.gov.pt*  
*Município de Estremoz, Portugal, paula.m.goncalves@cm-estremoz.pt*  
*Município de Estremoz, Portugal, silvia.c.arvana@cm-estremoz.pt*

---

## Resumo

A Estratégia de Salvaguarda do Património Arquivístico do Distrito de Évora, lançada pela RAA-DE, procurou sistematizar um conjunto de medidas que, ao serem implementadas, sobretudo pelos municípios, pudessem fortalecer a identidade local e regional. Suportada na “Sessão de divulgação das Políticas e Estratégias de Salvaguarda do Património Arquivístico” realizada pela DGLAB, a RAA-DE elaborou uma Estratégia que teve como pilar fundamental da política os municípios. Naturalmente que cada organização deve agir no sentido de proteger o seu património arquivístico mas, num quadro de escassez ou mesmo de inexistência de meios, cabe aos municípios o papel de guardiões da memória local. O Arquivo Municipal foi um agente da transformação, passando a atuar de forma sistemática neste domínio, o que contribuiu efetivamente para a salvaguarda de vários arquivos que, se não fosse esta ação, continuariam provavelmente sem serem tratados e inacessíveis. A partir dos dados recolhidos é possível afirmar que o primeiro balanço da estratégia é bastante positivo, ainda mais por ter decorrido durante a pandemia. A Estratégia tem sido bem-sucedida até ao momento e perspetiva-se que, ao continuar, promova a salvaguarda e o acesso a mais arquivos, tanto dos concelhos que já a vêm desenvolvendo como de outros que a pretendam adotar.

**Palavras-chave:** Estratégia, património, arquivístico, Évora

---

## Conteúdo da apresentação

A Rede de Arquivos do Alentejo – Distrito de Évora (RAA-DE), tendo em consideração os exemplos já existentes na região ao nível da salvaguarda dos arquivos, nomeadamente, o do Arquivo Municipal de Reguengos de Monsaraz, decidiu em 2019 enveredar pela construção comum de uma Estratégia de Salvaguarda do Património Arquivístico do Distrito de Évora. O objetivo principal foi o de promover o fortalecimento da identidade local e regional através da proteção, tratamento, valorização e disponibilização dos arquivos disseminados pelo território que são passíveis de integrarem o património arquivístico. Esses conjuntos documentais assumem-se como um contributo essencial para uma melhor compreensão da evolução histórica e para a sedimentação da memória coletiva.

Desde o início do processo que se tornou evidente o facto de, no contexto do Distrito de Évora, serem principalmente os municípios as entidades que podem operacionalizar a estratégia, não apenas pela incapacidade do Estado em atuar a um nível local, cobrindo todo o espaço com igual eficácia, mas também pelo maior interesse pelos arquivos locais e pela posição privilegiada que aqueles ocupam na respetiva área geográfica, seja em termos de meios seja de conhecimento da realidade. Acresce a estas vantagens o marco legal vigente que atribui competências na área da Cultura aos municípios. A prioridade concedida aos municípios não isenta de responsabilidade todos os outros produtores e detentores de arquivos. Cada um deve prosseguir a sua própria Estratégia de Salvaguarda e assumir as suas obrigações neste domínio, podendo estabelecer acordos com entidades

terceiras, designadamente, com os municípios, para atingir este objetivo de forma efetiva e duradoura.

Para conceber a Estratégia a RAA-DE solicitou o apoio da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB), que realizou uma “Sessão de divulgação das Políticas e Estratégias de Salvaguarda do Património Arquivístico” na CCDR Alentejo, no dia 12 de março de 2019. A visão transmitida sugeriu um quadro holístico de atuação em vez de direcionado apenas a questões localizadas.

Baseada nesta abordagem a RAA-DE elaborou uma Estratégia composta por três dimensões: a sistematização e agregação de ações de salvaguarda a executar num único documento; a identificação de critérios de seleção da documentação a ser objeto de intervenção; a definição de um procedimento com várias fases e resultados a obter em cada uma delas (em linha com o ciclo das políticas públicas). Fundamentalmente, o documento da Estratégia consistiu na formalização do que já era praticado em certas entidades. A publicação da Estratégia veio relançar uma nova vaga de ações de salvaguarda nos que vinham já trabalhando neste domínio e incentivou os que ainda não tinham iniciado este caminho. No fundo, gerou um impulso significativo nas políticas arquivísticas no Distrito de Évora nos últimos anos, como iremos demonstrar com as seguintes tabelas.

Estremoz	Freguesia de Évora Monte	Celeiro Comum de Évora monte	Depósito Conservação Descrição	Concluído	2018	2018
		Irmandades e Confrarias	Depósito Conservação Descrição	Concluído	2018	2018
		Junta de Paróquia Stª Maria	Depósito Conservação Descrição	Concluído	2018	2018
		Junta de Paróquia S. Pedro	Depósito Conservação Descrição	Concluído	2018	2018
	Orfeão Tomaz Alcaide	Orfeão Tomaz Alcaide	Descrição	Concluído	2018	2018
	Santa Casa da Misericórdia de Estremoz	Arquivo Histórico Santa Casa da Misericórdia de Estremoz	Depósito Conservação Descrição	Em curso	2019	-
	Santa Casa da Misericórdia de Évora Monte	Arquivo Histórico Santa Casa da Misericórdia de Évora Monte	Depósito	Concluído	2019	2019
	Sociedade Filarmónica Artística Estremocense - União	Arquivo Histórico da Sociedade Filarmónica Artística Estremocense - União	Depósito	Concluído	2020	2020
	União de Freguesias de Estremoz (Santa Maria e Santo André)	Extinta Junta de Freguesia de Stº André	Depósito	Concluído	2022	2022
	Clube de Futebol de Estremoz	Arquivo Histórico do Clube de Futebol de Estremoz	Depósito	Concluído	2022	2022
	Empresa Pirra – Máquinas e Ferramentas, Lda	Empresa Pirra – Máquinas e Ferramentas, Lda	Depósito	Concluído	2022	2022
		Lda (Desenhos técnicos)				

	Sociedade Filarmónica Veirense	Sociedade Filarmónica Veirense (Pautas Musicais)	Depósito Conservação Descrição	Em curso	2022	-
Évora	Lusitano Ginásio Clube	Lusitano Ginásio Clube	Organização Descrição Digitalização	Concluído	2019	2020
	Assoc. Mutualista "O Legado do Operário"	Assoc. Mutualista "O Legado do Operário"	Organização Descrição	Concluído	2020	2022
	Soc. Recreativa e Dramática Eborense	Soc. Recreativa e Dramática Eborense	Organização Descrição	Concluído	2019	2020
	SOIR- Soc. Operária Joaquim Ant. Aguiar	SOIR- Soc. Operária Joaquim Ant. Aguiar	Descrição Digitalização	Concluído	2021	2021
	Associação Mutualista Legado do Caixeiro Alentejano	Associação Mutualista Legado do Caixeiro Alentejano	Descrição Digitalização	Em curso	2021	-
Montemor-o-Novo	Arquivo Municipal de Montemor-o-Novo	Santa Casa da Misericórdia de Montemor – o – Novo	Depósito Ações concluídas: Organização Descrição Conservação  Ações a desenvolver: Disponibilização Digitalização	Em curso	2019	2022
		Hospital do Espírito Santo e de Santo André	Depósito Ações concluídas: Organização Descrição Conservação  Ações a desenvolver: Disponibilização Digitalização	Em curso	2019	2022
Redondo	Arquivo Municipal de Redondo	Provedoria das Comarcas de Évora e Estremoz	Conservação Descrição	Em curso	2019	
		Juízo de Fora do Geral do Alandroal	Conservação Descrição	Em curso	2021	
		Juízo de Fora do Geral de Juromenha	Conservação Descrição	Em curso	2021	
		Juízo de Fora e do Geral da vilade Redondo	Conservação Descrição	Em curso	2020	
		Juízo de Fora e do Geral de Santo António de Capelins	Conservação Descrição	Em curso	2021	

	Juízo de Fora e do Geral de Terena	Conservação Descrição	Em curso	2020	
	Juízo Ordinário da vila de Redondo	Conservação Descrição	Em curso	2020	
	Associação de Socorros Mútuos Nossa Senhora de Ao Pé da Cruz de Redondo	Incorporação Conservação Descrição	Concluído	2019	2019
	Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Redondo	Transferência Conservação Descrição	Em curso	2022	

**Tabela 1:** Fundos e coleções objeto de medidas de salvaguarda.

		<b>Total</b>
		4
		16
		28
	<b>Transferência</b>	1
	<b>Incorporação</b>	1
	<b>Depósito</b>	13
	<b>Conservação</b>	17
	<b>Organização</b>	5
	<b>Descrição</b>	23
	<b>Disponibilização</b>	2
	<b>Digitalização</b>	4
		22
		6

**Tabela 2:** Síntese dos resultados da Estratégia de Salvaguarda do Património Arquivístico (2018-2022).

Os dados disponíveis referem-se a 4 concelhos (Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo e Redondo). No total foram envolvidas 16 entidades detentoras, tendo sido intervencionados 28 fundos de proveniências muito diversas. Os mais numerosos são os de entidades públicas (12 arquivos), seguindo-se os de natureza associativa (10 arquivos), os religiosos (5 arquivos), e, finalmente, os empresariais (1 arquivo). Este leque é revelador não apenas da existência de um conjunto numeroso e diversificado de acervos ao nível local mas também da disponibilidade das entidades detentoras para a participação em programas que visam a sua salvaguarda. Aliás, as ações levadas a efeito expõem a convergência entre, por um lado, quem tem maior interesse e capacidade para salvaguardar o património arquivístico local, os municípios, e, por outro, quem possui esse mesmo património, as entidades detentoras. As medidas implementadas são restritas. A descrição foi aplicada em 23 fundos, depositaram-se 13 acervos, incorporou-se 1 fundo e transferiu-se outro, implementaram-se medidas de conservação em 17 fundos e organizam-se outros 5, tendo ainda sido disponibilizados 4 e digitalizados 2 fundos.

No que respeita ao tipo de medidas adotadas, há a sublinhar o carácter assimétrico das políticas implementadas pelos diferentes municípios. A diferença mais visível prende-se com a possibilidade de as entidades depositarem os seus arquivos no Arquivo Municipal, o que está sobretudo relacionado com o espaço disponível para esse efeito. Assim, a maioria dos municípios privilegia o depósito da documentação, seguido do respetivo tratamento e disponibilização. Nos casos em que esta estratégia não é concretizada opta-se por tratar a documentação nos locais de origem, deixando às entidades detentoras a responsabilidade pela conservação, valorização e acesso.

É evidente que cada município atua de acordo com as suas possibilidades. Os meios à sua disposição são determinantes no momento de enveredar ou não pela solução que consome mais recursos e responsabilidades: o depósito. Nos casos em que este tem sido possível assinala-se efetivamente um benefício superior àquele que sucederia se a documentação permanecesse nas entidades detentoras, embora se perca a relação e o envolvimento com o local de produção dos documentos. Os maiores benefícios estão associados às condições de conservação, uma vez que os arquivos municipais estão geralmente dotados de materiais de acondicionamento, de mecanismos

de controlo ambiental e de sistemas de combate a incêndio, intrusão e inundação. Ao nível do tratamento e disponibilização, a vantagem do depósito prende-se com a maior disponibilidade de tempo que os técnicos têm para aprofundar a descrição, para digitalizar e para disponibilizar a documentação aos utilizadores na consulta pública. Logo, a opção pelo depósito, não trazendo apenas vantagens, tem sido a mais usual. Por um lado, porque alivia as entidades detentoras do peso dos arquivos, passando-o para os municípios, e, por outro, porque potencia os benefícios inerentes à preservação, valorização e disponibilização da documentação. Os municípios estão disponíveis para suportar os custos em troca dos benefícios que os arquivos trazem para a comunidade, obedecendo ao conceito de externalidades positivas usado no quadro das políticas públicas. A ação dos poderes públicos locais, que são os que estão em melhores condições para conduzir esta política arquivística de proximidade, proporciona vantagens para todos, pelo que deve continuar a ser incentivada e apoiada.

Como conclusão, pode-se afirmar que a Estratégia de Salvaguarda do Património Arquivístico, implementada sobretudo durante a pandemia por alguns membros da RAA-DE tem sido bem-sucedida, uma vez que promoveu a proteção, o tratamento, a valorização e a disponibilização, a um âmbito local, de mais de duas dezenas de fundos da sociedade civil. Esta abordagem permite um leque variado e flexível de soluções e implica pouco dispêndio de recursos pelo que se perspetiva como viável no contexto da nossa realidade administrativa.

## **Referências bibliográficas**

REDE DE ARQUIVOS DO ALENTEJO – SECÇÃO DO DISTRITO DE ÉVORA (2019). Estratégia de Salvaguarda do Património Arquivístico. Sousel. [Consult. 24 maio. 2022]  
Disponível na Internet: <URL: <https://adevr.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/4/2016/05/Estrat%C3%A9gia-para-a-salvaguarda-de-patrim%C3%B3nio-arquiv%C3%ADstico-vers%C3%A3o-0.1.pdf>>.